

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 40

*Francisco Dias*  
*Luís*  
*J. Mendes Gomes*

No dia um do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro na quarta reunião da sessão ordinária de Dezembro, sob a presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias. Secretariado pelos Vogais António dos Santos Costa e José Carlos da Silva Neves, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários no impedimento do segundo Secretário eleito, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes e com a presença dos Vogais José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Carlos Vicente Ferreira, Elias de Oliveira Vieira, António Ferreira da Silva, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, José Fernando da Silva Caldeira Bettencourt, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Gaspar Fernandes, Fernando Tavares Marques, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Branco Pontes e Amândio Ferreira Canha Júnior.

Pelas 17,30 Horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Albertino Moreira de Oliveira, ✓ Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, ✓ Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, ✓ António Rocha Dias de Andrade, ✓ Fernando dos Santos Manata, ✓ António José Valente, ✓ Manuel Simões Madail, ✓ Manuel Arede de Jesus, ✓ António Norberto da Silva Correia e Libério da Silva Santos ✓

Imediatamente a seguir, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais António Norberto da Silva Correia e Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Neste momento saiu o Vogal Amândio Ferreira Canha Júnior. Ainda no uso da palavra, o Presidente submeteu à votação as seguintes actas:

ACTA Nº 29: - Aprovada por treze votos a favor e cinco abstenções;

ACTA Nº 30: - Aprovada por treze votos a favor e cinco abstenções;

ACTA Nº 31. - Relativa ao dia vinte e dois do mês de

Setembro. Por falta de "quorum" não se realizou a reunião correspondente à presente acta.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Amândio Ferreira Canha.

ACTA Nº 32: - Aprovada por catorze votos a favor e cinco abstenções.

Imediatamente a seguir o Presidente submeteu à votação a existência ou não do período de antes da ordem do dia, tendo o mesmo sido aprovado por quinze votos favoráveis.

Aberto o período de antes da ordem do dia não se registaram quaisquer intervenções, pelo que o mesmo foi dado por encerrado pelo Presidente.

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº 4 - APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS DE PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA 1988. (Continuação).

Entretanto saiu da Sala o Vogal José Luís Christo.

OBJECTIVO - 10 - DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Neste momento deu entrada na Sala o Vogal Artur José Lopes Lobo.

Aberto o período de apreciação e discussão, não se registou qualquer intervenção dos membros presentes, pelo que o Presidente submeteu de imediato à votação o referido objectivo, tendo este sido aprovado por catorze votos a favor e cinco abstenções.

Neste momento deu entrada na Sala o Vogal Manuel Tavares Duarte.

OBJECTIVO - 11 - GABINETE TÉCNICO LOCAL

Aberto o período de apreciação e discussão, não se registou qualquer intervenção dos membros presentes, tendo o Presidente submetido de imediato à votação este objectivo, merecendo aprovação por catorze votos a favor e seis abstenções.

PROJECTO-M.E.R.E.C.

Aberto o período de apreciação e discussão, usou da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, pretendendo ser elucidada acerca do que é o projecto M.E.R.E.C., objectivos, aplicações e quais os resultados práticos que façam incidir de algum modo uma melhoria no uso eficiente de recursos energéticos.

Seguidamente usou da palavra o Presidente da Câma-

ra, para dar uma panorâmica geral dos objectivos deste projecto, sua dinâmica e função.

Disse ainda tratar-se de um projecto de apoio Americano, que se estende não só a Portugal como a outras partes do globo, nomeadamente, Tailândia, vários países da Europa etc., e tem como objectivo fundamental o aproveitamento e gestão eficiente de recursos energéticos em pequenas e médias cidades.

Entretanto entraram na Sala os Vogais Carlos Jerónimo e José Luís Christo.

De novo no uso da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, solicitou esclarecimentos quanto à incidência da área de acção do referido projecto, no ordenamento territorial do concelho.

Seguiu-se uma intervenção do Presidente da Câmara, esclarecendo que a área de acção deste projecto, será extensiva a toda a área concelhia.

Ainda no âmbito do projecto M.E.R.E.C., usou da palavra a Engã, Graça Diogo, técnica responsável, em Aveiro, pelo desenvolvimento do mesmo, que fez uma explanação detalhada dos objectivos em que o mesmo se propõe intervir nomeadamente (Ordenamento do Território Concelhio; Gestão de lixos; Águas e Saneamento; Construção Civil e Desenvolvimento Económico). Referiu também a interligação da Universidade de Aveiro a estas acções que o projecto se propõe desenvolver e a boa colaboração existente por parte do Município. Fez alusão ao Plano aprovado já pela Câmara Municipal e pela Comissão de Coordenação Regional, sendo este Plano que se propõem levar a cabo até à duração do M.E.R.E.C., o que se prevê seja por mais ano e meio.

Entretanto abandonou a Sala o Vogal Fernando Tavares Marques e entrou o Vogal Jorge do Nascimento.

De novo no uso da palavra o Presidente da Câmara fez questão em sublinhar que a experiência M.E.R.E.C., marcará de forma indelével uma nova concepção no aspecto do planeamento rigoroso, que se irá traduzir a seu tempo, num benefício para os Quadros Técnicos da Câmara Municipal.

Seguiu-se nova intervenção da Engã, Graça Diogo, do MERECE, para se referir ao Plano Director Municipal, dado ser este projecto que irá ter uma maior incidência a longo prazo no concelho de Aveiro. Considerou ser o mais importante de todos os projectos M.E.R.E.C., na medida em que envolve mais elevadas verbas, maiores recursos humanos e mais entidades oficiais.

Aludiu também à recente publicação do Decreto-Lei nº 384/87, de 24 de Dezembro, que obriga a que todos os Municípios disponham de um Plano Director eficaz, caso contrário, arriscam-se a perder o direi-

to a partir de 1992, a beneficiarem de contratos-programa.

Por último considerou que o Município de Aveiro iniciou o seu Plano atempadamente podendo amanhã estar em condições óptimas de se candidatar, usufruindo assim dos benefícios que daí poderão advir.

Usou da palavra o Vogal José Bettencourt, que pretendeu ser esclarecido, sobre a localização onde o Município tenciona instalar o aterro sanitário e qual a área prevista para o mesmo, bem como outros aspectos focados no Plano, tais como: Actualização do Regulamento Geral da Construção Urbana, para o concelho de Aveiro e qual o potencial de energia eólica a debitar pela central uma vez em funcionamento.

Novamente no uso da palavra a Engã, Graça Diogo, informou que o aterro sanitário vai funcionar junto à actual lixeira, onde o Município adquiriu já um terreno com a área de cinco hectares. No que concerne ao Regulamento para a Construção Urbana no concelho de Aveiro, disse que a dinâmica imposta pelo novo Plano Director é muito importante, justificando só por si motivo mais que suficiente para que haja uma revisão do referido Regulamento; por último no que se refere à potência eólica disse não estar documentada para se pronunciar sobre esse aspecto, dado ser a Universidade de Aveiro, que irá fazer instalar o conversor eólico e consequentemente estar de posse dessas características.

Imediatamente a seguir o Presidente submeteu à votação o projecto M.E.R.E.C., tendo este merecido aprovação por dezasseis votos a favor e seis abstenções.

Seguidamente a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, retomou a palavra para fazer a seguinte declaração de voto: "Embora concorde com o projecto M.E.R.E.C., absteve-me porque quero dar o benefício da dúvida ao Município; quando vir os primeiros resultados práticos o meu voto será favorável".

Seguiu-se também uma declaração de voto do Vogal Gaspar Fernandes, que disse: "votei de facto a favor porque espero que isto vá resolver o problema de freguesia que represento, tanto na parte do lixo como na parte do saneamento".

Usando novamente da palavra o Presidente do Município, teceu várias considerações acerca do Plano de Actividades, nomeadamente no que respeita à necessidade de mobilizar grandes recursos humanos e financeiros. Ao referir-se aos recursos humanos, fez alusão ao facto de que, não havendo um empenhamento total por parte dos funcionários deste Município, correr-se-ia o risco do mesmo vir a fracassar. No entanto disse estar confiante e espera uma total adesão dos funcionários, dado que neste momento o Município de Aveiro, dispõe de um lote de funcionários de altíssi-

*Aveiro*  
*Pinho e Melo*

ma qualidade e empenhamento, particularmente a nova geração, sem desprimor para os mais antigos, podendo mesmo ombrear em rendimento de trabalho, com quaisquer outros de empresas privadas, destruindo-se assim o mito de que o funcionário autárquico não produz. Por último disse estar confiante na colaboração que lhe vai ser dada para a execução deste Plano e acrescentou que o conceito Câmara abrange também os S.M. Aveiro.

Entretanto entrou na Sala o Vogal, Rogério Leitão.

ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL  
PARA O ANO FINANCEIRO DE 1988 - GENERALIDADE

No uso da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, teceu as seguintes considerações: "julgamos ser este o momento oportuno quando se discute o orçamento do Município de Aveiro para o ano de 1988, de fazer uma apreciação global, aprofundada e esclarecedora de todas as disponibilidades financeiras que são facultadas a esta Câmara para este ano. No âmbito do P.I.D.A.C., para 1988 e para o concelho de Aveiro estão aprovadas verbas e obras da mais variada índole e abrangendo os seguintes sectores: Cultura; Educação, Universidade de Aveiro, vários projectos, projecto de Geociências, Faculdade de Biologia, C.I.F.O.P., Centro de Informática, Electrónica, Cerâmica e Vidro, Departamento de Ambiente e Planeamento, Centro de Informação, I.S.C.A., Serviços Sociais e Segurança Social, Sector da Saúde, Habitação e Urbanismo, Abastecimento de Água, Defesa e Protecção do Ambiente, dando-se especial atenção à Reserva Natural de S. Jacinto e Desenvolvimento Florestal, Desporto e Ocupação de tempos Livres, sito aqui o complexo das Piscinas do Beira-Mar, Agricultura, Silvicultura e Pecuária, em especial o projecto do Baixo Vouga, Sector da Pesca Costeira, que é um projecto novo, Transportes, Telecomunicações e Meteorologia uma série de projectos relativos ao Porto de Aveiro, Centro de Exames de Condução, Centro de Inspeção de Veículos, Beneficiação da E.N. 109 e da E.N. 322, modernização da Administração Pública, vários projectos relacionados com o Centro Regional de Segurança Social, Obras e Equipamento de Casas do Povo e Sector da Segurança e Ordem Pública, todas estas obras incluídas no P. I. D. A. C., para o ano de 1988 e para o concelho de Aveiro, atingem o montante de dois milhões e trezentos e quinze mil contos, para um valor total de projecto de três milhões de contos. Em relação ao F.E.F., Fundo de Equilíbrio Financeiro, as receitas para 1988, para Aveiro, serão de quinhentos e vinte e quatro mil contos; as receitas fiscais no que se refere à Contribuição Predial, Veículos, Derramas, Turismo, Mais Valia e Sisa, devem atingir em 1988, entre

*Hein*  
6.  
*[Signature]*

quatrocentos e vinte e quatrocentos e cinquenta mil contos, quando em 1987, foram de trezentos e setenta e oito mil contos, as receitas da S.I.S.A., em 1987, atingiram cento e vinte e três mil contos, devendo crescer 5% em 1988, devido à implementação da Construção Civil e ao subsequente desenvolvimento das Indústrias subsidiárias, se no entanto surgissem dúvidas quanto a este aumento, bastaria olhar para as receitas da S.I.S.A., em 1985, a nível Nacional quando não havia isenção de S.I.S.A. e em que a receita atingiu nove milhões e oitocentos mil contos. Em 1986, com regime de isenção de S.I.S.A., a verba atingiu treze milhões e duzentos mil contos, quando se esperava que as receitas da Sisa, diminuíssem elas aumentaram, isto sem contar com todos os Impostos directos e indirectos, que resultam da dinamização da Construção Civil a que já aludi. A isenção não atinge as transacções industriais e comerciais, como se sabe e tão sómente as transacções para habitação este alargamento da isenção da S.I.S.A., para compra de habitação teve em conta a actualização dos custos em relação à construção, evidentemente a intenção é favorecer aqueles que querem adquirir casa própria e que têm todo o direito a serem beneficiados com a isenção, é uma medida de alcance social onde há a preocupação de beneficiar os que tem menor poder económico e que têm uma família para alojar. Portanto contrariamente às preocupações deste executivo as receitas da S.I.S.A., vão aumentar em 1988, aumentando a construção e desenvolvendo-se as indústrias afins, haverá para a Câmara ainda um aumento da Contribuição Industrial, da Derrama e da Contribuição Predial. Quanto aos projectos do Fundo F.E.D.E.R., aprovados no fim do ano passado e que para este ano de 1988, são os seguintes é o Centro Coordenador de Transportes no valor de quarenta mil e quinhentos contos a Rede de Abastecimento de Água ao Norte e Centro, cento e cinco mil contos, a E.T.A.R. - Estação de Tratamento de Águas Residuais, de Aveiro, noventa mil contos e a Rede de Esgotos de Cacia, cinquenta e cinco mil contos, se estes projectos não forem realizados e fazemos aqui um sublinhado, estas verbas perdem-se. Quanto às candidaturas da Câmara para o mesmo fundo F.E.D.E.R., em 1988 elas são as seguintes: Abastecimento Sul de Água, projecto no valor global de cem mil contos, Rede de Esgotos de Verdemilho e Bonsucesso quarenta e um mil e quinhentos contos e a estrada da Pêga, sessenta e seis mil e cem contos, além disso o poder Central irá transferir e já transferiu para a Autarquia a percentagem do O.G.E., que é determinada pela Lei das Finanças Locais e no que respeita a Aveiro é uma quantia bastante grande. No sector de habitação e Urbanismo, também tem a Câmara os Financiamentos, muitos a fundo perdido de organismos como o I.N.H. e o I.G.A.P.H.E., no valor de muitos milhares de contos, novecentos e dezasseis mil contos, mais precisamente, sendo duzentos e noventa e cinco mil contos, uma participação do I.G.A.P.H.E., a fundo perdido. No

*Reilly*  
*7. MA*

orçamento para 1988, verificamos que mais de metade das despesas correntes, são despesas com pessoal, trezentos e quarenta e cinco mil contos, o total das despesas correntes é de seiscentos e setenta e sete mil, trezentos e noventa e cinco contos, a manutenção desta pesada máquina administrativa, criada pelo actual executivo vai tornar-se insustentável dentro de pouco tempo; verificamos igualmente que para certos projectos e rubricas aparecem verbas irrisórias, pensamos que é apenas intenção do Executivo, mencionar a rubrica e esperemos que elas venham a ser concretizadas, porque muitas vezes até agora isso não aconteceu é irrealista continuar a fazer transitar de ano para ano e de Plano para Plano de Orçamento para Orçamento, as mesmas obras que muitas vezes não vão ser realizadas, mais ainda há casos em relação a projectos da zona rural, em que esses projectos orçamentados em anos anteriores não foram realizados e desaparecem pura e simplesmente no orçamento de 1988. Talvez tenha cansado os Senhores membros da Assembleia Municipal e por isso peço desculpa com a listagem exaustiva de verbas, financiamentos, obras e projectos para o Município de Aveiro, mas no P.S.D., gostamos de nos basear em argumentos válidos e verdadeiros quando contrariamos afirmações que faltem à verdade. Foi declarado publicamente nesta Assembleia, em reunião anterior que esta Autarquia tem estado prejudicada em apoios financeiros do poder Central, desde que o governo do Prof. Cavaco Silva, está em funções, numa intervenção em reunião anterior, indiquei os financiamentos de que a Câmara dispôs em 1986 e 1987, hoje dediquei-me apenas ao ano de 1988 e provo que esses financiamentos são muito superiores em face das enormes verbas que tem estado e estão ao dispôr do Município de Aveiro, ficaremos na expectativa. O que vier a ser concretizado com essas verbas, vai depender apenas da capacidade e da competência de quem lhes tem acesso, para nós o que importa acima de tudo é que a modernização de Aveiro se realize, para que se transforme numa cidade de futuro, tendo em vista o progresso, mas não esquecendo o bem estar dos cidadãos e a qualidade da vida, não nos interessa a promoção pessoal, mas a verificação de que poderemos ter contribuído para que esse sonho se venha a realizar".

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, teceu várias considerações, aludindo ao facto de a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, confundir receitas da Administração Local, com investimento do Estado, nada tendo umas a ver com as outras. Considerou também que há um erro no P.I.D.A.C., quando menciona que está incluído no concelho de Aveiro abastecimento de Águas, não sendo na realidade para este concelho a verba mencionada, referindo isso sim um abastecimento de água a Lourosa e esta povoação situa-se geograficamente no concelho de Vila da Feira.

8.

*Handwritten signature and initials*

Ainda no âmbito do P.I.D.A.C., referiu um aspecto importante, respeitante à recuperação da Fábrica Jerónimo Pereira Campos, para Centro de Formação Profissional, a muito curto prazo. Quanto ao F.E.F. - Fundo de Equilíbrio Financeiro, concluiu haver uma perda real, dado que para o mesmo capital, há um aumento de despesas. Finalmente no capítulo das despesas com manutenção de pessoal, o Presidente da Câmara disse não se poder considerar de modo algum uma estrutura pesada, dado que há um plafond legal para despesas com pessoal e neste momento o Município de Aveiro está muito aquém de atingir esse limite.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, para salientar que a maior parte das verbas referidas pela Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, não passam por esta Assembleia. Tratando-se, isso sim, de decisões do Poder Central. Disse ainda que só se poderia aquilatar que o Município de Aveiro estivesse a ser beneficiado por este Governo com essas verbas, fazendo a comparação com outros Municípios, o que, disse, não tem acontecido com todos os outros Governos que se tem vindo a suceder. Finalmente criticou o excessivo centralismo por parte do Governo Central e considerou fundamental que o F.E.F., não tivesse podido ser superior para este Município, bem como para outros do País, pois é sobre essas verbas que se tomam decisões de gestão Municipal.

Ainda no âmbito do P.I.D.A.C., usou novamente da palavra o Presidente da Câmara, para referir que teve acesso ao mesmo na Assembleia da República e que ao apreciar o referido documento pôde fazer uma análise comparativa, em relação a outros Municípios da mesma grandeza do de Aveiro. Considerou-o um bom P.I.D.A.C., relativamente a outros Municípios. Disse também que o P.I.D.A.C., só por si não é suficiente para se tirar conclusões, devendo os Executivos Municipais, paralelamente implementar dinâmicas que fomentem as operações imobiliárias, construção civil etc., dado serem estes factores a razão directa do aumento do valor da S.I.S.A..

Seguidamente o Presidente da Mesa submeteu à votação, na generalidade o orçamento da Câmara Municipal, tendo este sido aprovado por dezasseis votos a favor e sete abstenções.

Neste momento abandonou a sala o Vogal Manuel Branco Pontes.

ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL-ESPECIALIDADE

RECEITA



*Sheeey*  
*9.*

Após prolongada troca de impressões, o Presidente da Mesa submeteu à votação na especialidade o capítulo da receita do orçamento para o ano de 1988, tendo este merecido aprovação por dezasseis votos a favor e seis abstenções.

O Vogal Carlos Jerónimo retomou a palavra para fazer a seguinte declaração de voto: " A minha declaração de voto é no sentido de dizer que votei favoravelmente o capítulo receita, sem no entanto deixar de crer reafirmar a minha posição de desagravo pelo facto de as receitas que vem do Poder Central, para a Câmara Municipal de Aveiro, não virem a permitir um desenvolvimento que seria desejável".

Neste momento deu novamente entrada na Sala o Vogal Manuel Branco Pontes.

#### DESPESA

Usou da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, que teceu várias considerações, nomeadamente no que se refere ao F.E.F., considerando que é um facto que a importância do Fundo de Equilíbrio Financeiro, não foi aumentada, é exactamente a mesma; discordando que o Poder Central não tenha descentralizado para as Câmaras Municipais, importâncias mais significativas, reflectindo-se de imediato esta escassez de verbas, nos fundos que irão ser transferidos para as Freguesias; pondo-se a questão de saber se, através de orçamento suplementar não encarará o Município a possibilidade de vir a fazer novas transferências de fundos para as Freguesias, dado que na globalidade as receitas da Câmara aumentaram.

Seguidamente o Chefe de Repartição Financeira, prestou alguns esclarecimentos às questões levantadas.

O Vereador Eng<sup>o</sup> Vitor Silva, usou da palavra para se referir às verbas transferidas para as Freguesias, disse que para já, esse quantitativo, está previsto somente ser de 10%, muito embora uma experiência que já se tentou o ano passado e que se pensa implementar ainda este ano; trata-se de passar para as Freguesias a competência das obras, no âmbito do Plano de Actividades.

No uso da palavra o Vogal, Armando Vieira, debateu a questão das transferências de verbas dos Municípios para as Juntas de Freguesia, considerando-as irrisórias (10%) , na medida em que limita o campo de acção e de decisão das Juntas, no capítulo de obras que porventura se proponham

*10.*  
*Ther...*  
*...*

levar a cabo. Diminuindo também em consequência, as possibilidades de pôr à prova as capacidades de actuação, dos titulares desses cargos. A concluir a sua intervenção, sugeriu ao Executivo Municipal, para que num futuro próximo sejam atribuídas às Freguesias Rurais, verbas mais elevadas, dado que existem outro tipo de encargos. Referiu ainda o facto de não constar neste orçamento o subsídio que a Câmara vinha atribuindo às Juntas, para despesas com limpeza de valetas, fazendo votos para que essa verba embora escassa, fosse novamente atribuída. Finalmente pretendeu saber ainda qual a verba que o Município planeia gastar com a pista de tartan.

Retomando a palavra o Vereador Eng<sup>o</sup> Vitor Silva, disse que o problema dos subsídios, prende-se também com a política económica encetada pelo Governo Central, pois quando se verifica um decréscimo na atribuição de verbas às Câmaras Municipais, fatalmente esta política de restrição repercute-se também nas Juntas de Freguesia. No que se refere ao problema das valetas, disse ter adquirido a Câmara Municipal, um equipamento especial para o efeito e que no ano em curso já não será necessário às Juntas, fazer investimentos nesse Capítulo. No entanto, referiu que se se vier a justificar ainda este ano a atribuição do referido subsídio, pois este não será regateado e o Município encontrará forma legal de fazer a sua atribuição. A concluir a sua intervenção e relativamente à pista de tartan a implantar no Campo de Jogos de Oliveirinha, disse ser intenção do Município, aguardar que o Governo Central, faça esse investimento, dado que por parte da Câmara já foram dispendidos alguns milhares de contos.

Entretanto saiu da Sala o Vogal Carlos Vicente Ferreira.

Imediatamente a seguir o Presidente submeteu à votação o Capítulo Despesa, do Orçamento da Câmara Municipal, tendo merecido aprovação por dezasseis votos a favor e seis abstenções.

O Vogal Carlos Jerónimo, fez a seguinte declaração de voto: "Votei favoravelmente a rúbrica Despesa, do Orçamento, mas também aqui queria deixar expresso que não estou de acordo com as importâncias que a Câmara se propõe transferir para as Juntas de Freguesia, por continuar a defender que deveria haver maior descentralização no Poder Local e na discussão desta rúbrica assistiu-se ao facto de elementos do P.S.D., estarem a pedir mais dinheiro à Câmara, quando o governo não dá à Câmara e elementos da Câmara que pedem mais dinheiro ao Governo e não dão às Juntas de Freguesia".

Neste momento reentrou na sala o Vogal Carlos Vicente Ferreira.

PLANO DE ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS  
MUNICIPALIZADOS - GENERALIDADES

11.

No uso da palavra o Vereador, Eng<sup>o</sup> Vitor Silva, fez uma explanação sobre as actividades desenvolvidas pelos S.M. Aveiro, no ano transacto. Pondo-se seguidamente à disposição dos circunstantes, para eventuais esclarecimentos.

Neste momento abandonaram a Sala os Vogais Joaquim Arnaldo Mendonça e José Luís Christo.

No âmbito dos Transportes colectivos, o Vogal Carlos Jerónimo, alertou o Executivo para o facto do Plano dos S.Municipalizados, para o ano de 1988, nada referir no que respeita a Transportes.

Usando novamente da palavra o Vereador, Eng<sup>o</sup> Vitor Silva, explicou que isso se deve ao facto de não ser possível para já ampliar a frota de Autocarros, dado que a verba inicialmente prevista para o efeito, foi congelada pelo Governo Central e em consequência foi anulado o concurso com vista à aquisição dos mesmos. Referiu ainda estar-se neste momento na expectativa, pois não se sabe ainda muito bem como é que vai funcionar o esquema das indemnizações compensatórias. Assim, só quando houver uma certeza na atribuição da referida verba e que se fará uma proposta concreta à Câmara, no sentido de se proceder à sua aquisição.

Neste momento saiu da Sala o Vogal Carlos Vicente Ferreira.

Imediatamente a seguir o Presidente submeteu à votação da Assembleia, na generalidade, o Plano da Actividades dos Serviços Municipalizados, tendo merecido aprovação por quinze votos a favor e cinco abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Gaspar Fernandes, nos seguintes termos: "Abstive-me há bocado, porque e era para deitar contra, porque como o Snr. Engenheiro sabe, a população de Eixo, cerca de 40%, ainda hoje está sem água e por sinal, por coincidência a parte que está sem água é a parte da Vila Verde, aquela parte de Cilha Sardinha, parte dos Barreiros, é uma zona que não consta no Plano de Actividades dos Serviços, qualquer rubrica para a Freguesia de Eixo e é a razão porque eu de facto me abstive".

Seguidamente o Presidente interrompeu os trabalhos para o jantar, eram 20,00 Horas.

*Neves*  
*Neves* 12.

Pelàs 21,30 Horas, foram reiniciados os trabalhos com a presença dos seguintes membros; Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais António dos Santos Costa e José Carlos da Silva Neves, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários no impedimento do Segundo Secretário eleito, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, Rogério da Silva Leitão, Elias de Oliveira Vieira, António Ferreira da Silva, José Fernando Caldeira Bettencourt, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Gaspar Fernandes, Manuel Tavares Duarte, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Branco Pontes, António Norberto da Silva Correia, Amândio Ferreira Canha Júnior e Artur José Lopes Lobo.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Jorge Manuel do Nascimento, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, Carlos Vicente Ferreira, Carlos Manuel Natividade Costa Cardal, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, Fernando dos Santos Manata, Maria Antónia Corga Pinho e Melo, António José Valente, Manuel Simões Madail, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus e Libério da Silva Santos.

## PLANO DE ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

### ESPECIALIDADE

Tomando de seguida a palavra o Vogal Carlos Jerónimo, colocou a seguinte questão, relativamente à Freguesia de Santa Joana, no que concerne à concretização no Plano da Actividades, do projecto de Abastecimento de Água à referida Freguesia, dado ser esta uma Freguesia prioritária em termos deste equipamento infraestrutural. No capítulo da execução de obras, verificam-se que existem algumas que constaram já do Plano de 1987, pretendendo saber se são acabamentos, ou se vão iniciar-se agora. Por último solicitou informação acerca da localização dos Furos AC-7 e AC-8.

No sector de saneamento e em relação à ampliação da E.T.A.R. de Santiago, pretendeu saber também se esta obra já foi executada ou se

13.

está em vias de conclusão, bem como a Rede Colectora do Centro (Cojo) se já tem projecto aprovado e qual o sistema que pensam pôr em prática para o tratamento das águas residuais.

Seguidamente usou da palavra o Vogal José Bettencourt, que pretendeu também esclarecimentos relativamente à E.T.A.R..

No uso da palavra e para responder às questões colocadas, o Vereador, Engº Vitor Silva, disse ser preocupação do Município o que respeita ao lançamento de obras de Águas e Saneamento. E tanto assim que após aprovação pelo FEDER, dos projectos a que se candidatou houve o cuidado de lançar essas obras o mais rapidamente possível. Relativamente ao abastecimento de Água a Santa Joana, referiu que para além de existir o projecto, esta Freguesia encontra-se praticamente abastecida com água, haverá uma ou outra situação pontual, mas o projecto existe e esse problema será resolvido oportunamente.

No que respeita à localização dos furos para captação de água, disse situar-se um na Freguesia de Oliveirinha e outro a levar a efeito ainda, junto à Igreja da Nã Snã de Fátima, em Mamodeiro.

Rede Colectora do Centro (Zona do Cojo), existe uma parte do projecto que está concluído, concretamente a zona onde estava implantada as Fábricas Aleluia, o restante está a ser elaborado e prevê uma estação elevatória na Zona do Cojo, mais propriamente junto à Ponte de Pau.

A concluir a sua intervenção e relativamente à ampliação da E.T.A.R. de Santiago, disse estarem as propostas em análise, para ser feita a ampliação de mais um decantador, aproveitando o projecto existente e estar em fase de conclusão o projecto de ampliação da própria estação de tratamento de Santiago. Aproveitou ainda para informar que se prevê a construção de E.T.A.R., nas povoações de Esgueira, S. Jacinto e Cacia, aguardando-se somente financiamento, para lançar estes projectos em obra.

Entretanto deram entrada na Sala os Vogais Rocha Andrade e Albertino de Oliveira.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Norberto Correia, para prestar esclarecimentos no que concerne ao abastecimento de água à freguesia de Santa Joana, admitiu não serem muitas as Ruas que não possuem Rede de Águas e esses casos fazem parte de um "Memorandum", que em tempo foi entregue aos responsáveis dos S.M. Aveiro, considerou estes casos bastante urgentes, dado não existir água potável em Sta Joana e casos há em que a água é imprópria até para lavar. Nomeadamente Ruas Mário Duarte, das Quintans, Cócáro e Rua Alexandre Herculano.

Manifestou seguidamente o desejo de que, a breve trecho estes casos sejam resolvidos.

Usou da palavra o Vogal Gaspar Fernandes, para manifestar uma vez mais o desejo de ver construída na povoação de Azurva, uma estação de tratamento que sirva a freguesia de Eixo.

Informou o Vereador Eng<sup>o</sup> Vitor Silva que o Município, envida esforços nesse sentido.

Imediatamente a seguir o Presidente submeteu à votação na especialidade o Plano de Actividades dos S.M. Aveiro, tendo este merecido aprovação por dezasseis votos a favor e quatro abstenções.

O Vogal Carlos Jerónimo, retomou a palavra para fazer a seguinte declaração de voto: " Era só para dizer que me absteve, por considerar que o Plano de Actividades não é suficientemente explícito, como aliás tive oportunidade de dizer nas intervenções que fiz, para um juízo o mais aproximadamente correcto do que os S.Municipalizados, se propoem fazer".

#### ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

##### GENERALIDADE

Imediatamente a seguir e dado que não houve intervenções, o Presidente, submeteu à votação o orçamento na generalidade, tendo merecido aprovação por quinze votos a favor e cinco abstenções.

#### ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

##### ESPECIALIDADE-RECEITA

Seguidamente e dado que também não houve intervenções, o Presidente, submeteu à votação a receita orçamental, tendo merecido aprovação por quinze votos a favor e cinco abstenções.

##### DESPESA

DESPESA

*Frederico* 15.  
*[Signature]*  
*[Signature]*

Usou da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, para se referir à verba dos cinquenta mil contos com que o Executivo, inicialmente contava que fosse dotado para a aquisição de novos Autocarros e no caso de este financiamento se vier a concretizar, se continua a ser intenção do Executivo aplicá-los na referida aquisição.

Ainda no âmbito dos transportes o Vereador Eng<sup>o</sup> Vitor Silva, disse ter sérias dúvidas quanto à libertação da referida verba pelo Governo Central, contudo se isto vier acontecer, pois essa quantia será canalizada para a aquisição de dois autocarros articulados, dado que esta operação iria minorar as dificuldades de transporte nas horas de ponta que hoje se faz sentir. Caso a referida verba não venha a ser atribuída à Câmara, pois esta desenvolverá esforços, sempre no sentido de encontrar soluções que conjuguem factores, que se repercutam de algum modo na qualidade de transporte que é oferecida aos cidadãos.

Após breve troca de impressões o Presidente da Mesa, submeteu à votação a despesa do orçamento dos S. Municipalizados, tendo merecido aprovação por quinze votos a favor e cinco abstenções.

O Plano de Actividades da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados, bem como o respectivo orçamento da Receita e Despesa, para o ano económico de 1988, aprovado pela Assembleia Municipal, no decorrer da sessão ordinária de Dezembro, aqui se dão como transcritos e fazem parte integrante da presente acta.

Imediatamente a seguir o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 22,15 Horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.